

## **O grau de correlação entre o resultado operacional líquido e os indicadores socioambientais em instituições financeiras brasileiras**

### **The degree of correlation between net operating income and social and environmental indicators in Brazilian financial institutions**

DOI:10.34117/bjdv7n2-480

Recebimento dos originais: 10/01/2021

Aceitação para publicação: 23/02/2021

#### **Eloi Martins Diniz**

Bacharel em Ciências Contábeis - UFCG

Endereço: Rua Evaldo Barreto, 446. Loteamento São Paulo, Catolé do Rocha-PB

#### **Janaina Ferreira Marques de Melo**

Doutorando em Engenharia de Processos - UFCG

Mestre em Engenharia de Produção - UFPB

Professora Adjunto III da Universidade de Campina Grande - UFCG

Endereço: Rua Augusto dos Anjos, 59, Bancários. Sousa-PB, 58800-815

#### **Hipônio Fortes Guilherme**

Mestre em Sistemas Agroindustriais - UFCG

Professor Efetivo da Universidade de Campina Grande - UFCG.

Endereço: Rua Sinfrônio Nazaré, 38, Centro, Sousa, PB, 58800-240

#### **Valdério Freire de Moraes Júnior**

Doutorando em Meio-Ambiente e Desenvolvimento (PRODEMA) – UFPB

Mestre em Ciências Contábeis – UnB

Professor Adjunto III da Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Endereço: Campus I UFPB, Castelo Branco III, João Pessoa - PB, 58051-900

#### **Eduardo Rodrigues Viana de Lima**

Pós-Doutorado - Universidade de Sevilha (Espanha)

Doutor em Geografia - UNESP

Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Endereço: Campus I UFPB, Castelo Branco III, João Pessoa - PB, 58051-900

## **RESUMO**

Os usuários da informação passaram a valorizar as entidades que demonstram preocupação para com a sociedade, sendo o Balanço Social utilizado como base para a análise das ações socioambientais. Este estudo objetiva verificar o grau de correlação do resultado operacional líquido com os indicadores socioambientais em instituições financeiras do Brasil nos últimos seis anos (2010 a 2015). O estudo é realizado a partir de indicadores Sociais Internos, Sociais Externos e Investimentos no meio Ambiente,

coletados do Balanço Social e; informações financeiras, como a Receita Líquida e o Resultado Operacional. As Instituições Financeiras utilizadas como base foi o Banco do Brasil e o Bradesco, pois apresentam informações que podem ser comparadas no período analisado. A metodologia utilizada foi uma análise horizontal entre as variáveis estudadas, uma distribuição média entre receitas e os indicadores socioambientais, bem como utilizou-se da análise de correlação cujo método utilizado foi a correlação, não linear procurando descrever e compreender a suposta existência de relacionamento entre essas variáveis. Os resultados identificam uma necessidade de maiores investimentos nos setores ambientais e uma relevante diferença em quanto a distribuição dos recursos captados entre os indicadores sociais internos, externos e ambientais em relação a Receita Líquida das respectivas entidades. Contudo, percebe-se que existe correlação entre alguns indicadores em relação ao Resultado Operacional Líquido (ROL), obtendo-se uma correlação negativa dos Investimentos em Meio Ambiente do Bradesco e nos Indicadores Sociais Internos (ISI) do Banco do Brasil.

**Palavras-chave:** Balanço Social, Indicadores sociais, Receita líquida.

### **ABSTRACT**

The users of the information began to value the entities that show concern for society, being the social balance used as the basis for the analysis of social and environmental actions. This study aims to investigate internal and external social investments, as well as the environmental investments made by two major financial institutions in the last six years (2010 to 2015). The study is carried out based on internal social, external social and environmental investments indicators, collected from the social balance and financial information, such as net revenue and operational result. The financial institutions used as a basis for were Banco do Brasil and Bradesco, because they present information that can be compared during the analyzed period. The methodology used was a horizontal analysis between the variables studied, a mean distribution between revenue and socioenvironmental indicators, also used the regression and correlation analysis whose method was simple regression, nonlinear looking to describe and understand the supposed existence of relationship between these variables. The results identify a need for greater investments in environmental sectors and a significant difference in the distribution of resources captured between the internal, external and environmental social indicators in relation to the net revenues of the respective entities. However, there is a correlation between some indicators in relation to the Net Operating Income (ROL), resulting in a negative correlation between Bradesco's Environmental Investments and Banco do Brasil's Internal Social Indicators (ISI).

**Keywords:** Social Balance, Social Indicators, Net Revenue.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Responsabilidade Socioambiental vem sendo bastante discutida nas últimas décadas. Este evento pode ser motivado pelo maior esclarecimento da sociedade no quesito ambiental e pela degradação constante dos recursos ambientais.

De acordo com Coelho e Lorandi (2015), considerando a atual conjuntura do mercado, a questão socioambiental passou a ser requisito de diferenciação competitiva,

onde a sociedade tende a priorizar às entidades que investem na sustentabilidade, onde até prefere produtos com poder aquisitivo maior, desde que atenda a esse requisito. Observa-se assim que a Responsabilidade Socioambiental passou a ser vista também como um instrumento de *marketing*.

Estudos voltados para analisar a responsabilidade socioambiental das empresas nos últimos anos estão em forte tendência. Dentre os estudos mais recentes, pode-se citar o de Giacomini *et al.* (2017), que verificaram as variáveis determinantes da divulgação voluntária de informações de caráter ambiental de uma amostra de quarenta e sete companhias abertas listadas na B3 como de alto impacto ambiental.

Outra pesquisa recente fez uma análise e mapeamento do perfil das publicações científicas sobre o *disclosure* ambiental, *disclosure* de mudanças climáticas e *disclosure* de riscos climáticos, através de uma análise bibliométrica no período de 1982 a 2017. (KOULOLOUKOUI *et al.* 2018)

Embasando-se nos estudos correlatos, pode ser observado que quando as entidades perceberam que os resultados negativos ao meio ambiente podem causar uma redução na competitividade perante o mercado, passou-se a dar mais atenção a ações sustentáveis na gestão da empresa, diminuindo com isso os danos causados à natureza e influenciando os *stakeholders*.

Apesar das instituições financeiras não estarem em contato direto com os meios de produção, podem ser consideradas como parte essencial na conservação do meio ambiente e na manutenção dos investimentos sociais, exercendo um forte impacto na evolução do pensamento socioambiental, pois é responsável por concessões de empréstimos para o setor público e privado, podendo assim influenciar fornecedores, clientes e outros setores da sociedade (VILAR, 2015).

Tradicionalmente, os impactos sociais e ambientais das empresas de serviços não são considerados tão relevantes quanto os impactos dos setores produtivos. Porém, por sua importância na economia, o setor financeiro, que tem contato com todos os outros setores produtivos, tem um enorme potencial para influenciar mudanças na sociedade. Além disso, os bancos estão expostos a um conjunto de questões sociais e ambientais mais diversos do que a maioria dos negócios, por meio das carteiras dos seus clientes (BARAT ET AL. 2017).

Os bancos, segundo Diniz *et al.* (2018) tendem a implantar cada vez mais a Responsabilidade Socioambiental em suas atividades, atendendo as expectativas da sociedade e ganhando credibilidade, atendendo as demandas dos investidores, diminuindo os riscos e as cobranças da população. Além disso, os bancos ganharam mais

credibilidade, sendo considerados responsáveis socialmente e ficando na preferência dos consumidores.

Segundo Barat *et al.* (2017, p. 219), as primeiras ações de Responsabilidade Social Corporativados bancos brasileiros podem ser identificadas no início da década de 90, quando o Banespa publicou o primeiro relatório social do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Desde 2004, os cinco maiores bancos no Brasil têm disponibilizado informações não financeiras para o público, seja por meio de relatório social ou em seus relatórios anuais.

Os autores complementam que, apesar de escassa, a regulamentação com relação à responsabilidade socioambiental dos bancos vem aumentando nos últimos anos, principalmente com relação ao gerenciamento de riscos de natureza socioambiental e na busca de ferramentas para a mensuração desses riscos em suas atividades, criando um sistema de avaliação com critérios consistentes (BARAT *et al.*, 2017). Assim, observa-se que estudos recentes já associam a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras com variáveis econômico-financeiras.

No estudo de Almeida *et al.* (2018) foram descritas as práticas socioambientais de quatro instituições financeiras que pertencem à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa (2018), onde foi realizada uma análise de conteúdo baseada nos Relatórios de Sustentabilidade que estão aderentes aos Princípios do Equador e aos Princípios para Investimento Responsável – PRI de informações de caráter setorial e ambiental.

O estudo de Pulido e Villegas (2015) abordou o caso do setor bancário argentino e estudaram o papel da informação contábil ambiental (relatórios de sustentabilidade) no tratamento dos conflitos ambientais no setor financeiro. Como resultados, apesar dos avanços dos bancos em matéria de publicação de informação contábil em meio ambiente, os conflitos ambientais não são assimilados de maneira adequada para enfrentar os desafios que significam o desenvolvimento sustentável em sua vertente.

Ainda no setor bancário brasileiro, outra pesquisa relevante foi a de Coelho e Lorandi (2015), que investigaram os investimentos, tanto de caráter social – interno e externo – quanto de caráter ambiental, que vêm sendo realizados por três grandes bancos brasileiros e compará-los com o nível de crescimento das receitas obtidas no mesmo período.

Nesse contexto, as instituições financeiras devem levar em consideração os ganhos auferidos a partir de suas ações sociais. Por ser um diferencial competitivo, a

Responsabilidade Socioambiental também pode gerar benefícios financeiros, onde deve ser observado se realmente existe uma boa relação entre o aumento dos resultados operacionais e o aumento dos investimentos socioambientais.

Com base nesta problemática, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: **Existe correlação entre o resultado operacional líquido e os indicadores socioambientais em instituições financeiras?**

Uma das motivações da pesquisa foi o fato de não ter sido publicado mais artigos em periódicos brasileiros, depois do estudo de Coelho e Lorandi (2015), cujo objeto de estudo esteja relacionado às principais instituições financeiras brasileiras associado ao tema indicadores socioambientais e financeiros, havendo assim uma necessidade de atualizá-los.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi de verificar o grau de correlação do resultado operacional líquido com os indicadores socioambientais em instituições financeiras do Brasil nos últimos seis anos.

Num estudo preliminar, os principais resultados parciais desta pesquisa foi que as instituições financeiras apresentam no período proposto um baixo investimento no quesito meio ambiente. Já nos Indicadores Sociais Internos e Externos pode ser observada uma diferenciação em seus investimentos, onde um concentra maior parte dos recursos em investimentos sociais internos. (DINIZ *et al.*, 2018)

Nestes resultados parciais, verificou-se que o Banco do Brasil é a instituição financeira que menos evidencia seus investimentos em ações sociais e ambientais no Balanço Social, sendo assim menor do que o Bradesco, utilizando como referência a Receita Líquida Média. O Banco Brasil tem maior concentração de recursos em seus Indicadores Sociais Internos (ISI), já o Bradesco tem maior concentração nos Indicadores Sociais Externos (ISE). Contudo, é perceptível a ínfima participação dos Investimentos no Meio Ambiente (IMA) no Balanço Social de ambas as instituições estudadas (DINIZ *et al.* 2018).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 BASE CONCEITUAL PARA O ENTENDIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com o avanço contínuo da exploração ambiental, é necessário que as empresas coloquem os temas sociais e ambientais em suas pautas, não se omitindo de suas responsabilidades. Devendo a contabilidade fomentar e acompanhar todas as alterações que o mercado necessita para o seu pleno funcionamento.

De acordo com Ribeiro (2010), a contabilidade ambiental é um ramo da tradicional contabilidade financeira, tendo como objetivo principal a identificação e mensuração de atos e fatos econômico-financeiros, que visem a preservação e manutenção do meio ambiente, devendo demonstrar a situação patrimonial das entidades.

A contabilidade ambiental não tem a capacidade de solucionar os problemas socioambientais, porém tem o dever e a importância de fornecer as informações necessárias para que os usuários possam buscar as alternativas possíveis.

Segundo Ferreira (2011), a Contabilidade Ambiental não trata de uma mudança na tradicional Contabilidade, mais sim em um foco maior nas informações que representam a verdade nas ações das empresas, que podem alterar o patrimônio. Sendo uma subdivisão da tradicional e conhecida contabilidade.

A Responsabilidade Social tem uma ligação direta com a sustentabilidade, onde tenta harmonizar as necessidades econômicas, sociais e ambientais das instituições públicas e privadas, buscando uma melhor qualidade na relação empresa/sociedade (DUARTE, 1986). As empresas buscam um equilíbrio entre o resultado financeiro e a contribuição para com a sociedade e o meio onde estar inserida.

Para Campos (2009):

Assim como a legislações ambientais estão se tornando mais exigentes e uniformes, existe outra fonte de pressão para as empresas poluidoras: o mercado consumidor. Já se percebe aos poucos. Uma tendência mundial que começou na Europa e na América do Norte, do consumidor em se propor a pagar mais por um produto ambientalmente correto, pois se percebe que aos poucos que os produtos que agridem o meio ambiente não incorporam em seus preços mais baixos as externalidades causadas pela cadeia de produção e consumo.

Tendo em vista o exposto, a legislação ambiental torna-se mais relevante a cada ano, porém o mercado consumidor tende a ser o principal influenciador no que diz respeito à preocupação das empresas quanto a responsabilidade social e ambiental, chegando a comprar produtos mais caros caso as empresas demonstrem a preocupação com o ser social.

Nesse contexto, o desenvolvimento social e ambiental torna-se quesito básico para o desenvolvimento econômico das empresas, devendo buscar mecanismos de evitar ou minimizar o desgaste ambiental, apresentando em suas demonstrações contábeis ações para este fim, e serem entidades que realmente se preocupam com a Responsabilidade Social.

### 2.1.1 Significado de Responsabilidade Social

O conceito de responsabilidade social vem se moldando ao longo dos tempos, ampliando sua abrangência, deixando de ser uma atividade simplesmente de filantropia na comunidade, para atender as relações da empresa com os colaboradores, clientes, fornecedores, concorrentes e o meio ambiente, a filantropia é apenas o passo inicial para a responsabilidade social.

Segundo Milano *et al* (2002, p.10), a responsabilidade social pode ser considerada:

[...] a conduta ética e responsável adotada pelas empresas na plenitude das suas redes de relações, o que inclui o universo de seus consumidores, fornecedores, funcionários, acionistas, comunidade em que se inserem ou sobre a qual exercem algum tipo de influência, além do governo e do meio ambiente. Em outras palavras, são pressupostos da responsabilidade social os adequados cumprimentos de toda legislação (trabalhista, fiscal, ambiental, direitos do consumidor,) e a postura ética em todas as relações (governo e comunidade), não sendo possível ser socialmente responsável burlando a lei ou usando artifícios para escapar aos valores morais e éticos.

Segundo o exposto, a ética é base estrutural para o entendimento e aplicação da responsabilidade social, para ser considerado socialmente responsável um indivíduo ou entidade deve seguir e respeitar a legislação vigente e as características que a sociedade considera como moralmente aceitas, podendo ser aplicado em todos os meios onde a empresa exerce influencia.

Conforme Coelho; Lorandi (2015), em um país considerado desenvolvido, a responsabilidade social já é um tema bastante discutido perante a sociedade, foi a partir do final da década de 60 (Sessenta) e início de 70 (Setenta) que esse tema surgiu, tendo uma grande cobrança populacional na Europa e nos EUA, já no Brasil as entidades só deram início a valorização da imagem socialmente responsável a partir da década de 90.

No que diz respeito à responsabilidade social, as exigências não estão sendo realizadas apenas por uma legislação, mais por um conjunto de movimentos sociais que são praticamente espontâneos, não existe uma liderança que luta por esses ideais, é um movimento que surgiu de forma simples e esta inserida na sociedade, estas novas exigências sociais e mercadológicas obrigam as empresas a incluírem em seus objetivos econômicos não só o lucro, como também a evolução social do meio em que está inserida.

Nesse contexto a responsabilidade social e ambiental se torna um quesito relevante na gestão empresarial, tornando-se um fator influenciador na disputa por nichos de mercado, sendo consequentemente relevante para a análise dos *stakeholders*, surgindo



assim uma subdivisão do quesito básico da Responsabilidade Social, a Responsabilidade Social Empresarial.

### 2.1.2 Responsabilidade Social Empresarial

A responsabilidade social de uma empresa não é apenas divulgar doações em seus portais eletrônicos, isso é apenas filantropia, porém a verdadeira responsabilidade social é um termo muito complexo, onde as entidades interagem com o meio em que estão inseridas buscando compensar os possíveis danos causados na região devido ao exercício de sua atividade. O benefício social vem sendo fator fundamental no crescimento estratégico das entidades, a reputação se tornou o maior ativo que as empresas podem ter.

Na visão de Pires *et al.* (2015), a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é um conceito muito complexo, onde pode ser considerada como a relação entre as empresas e a sociedade, ou também as ações que demonstrem a interação entre empresa e *stakeholders*. Conclui o autor que o mais difícil não é fazer a definição de RSE, mais sim entende como ela pode ser aplicada no dia a dia das empresas.

Os *stakeholders* são definidos como indivíduos que podem ou não ser afetados pelas atividades das empresas. Podem ser consumidores, fornecedores, funcionários, acionistas, financiadores e a sociedade (Freeman, 1984). Entre todos, os consumidores tendem a ser os que mais impactam as ações quanto a Responsabilidade Social das empresas.

Já os *stakeholders* acabam sendo de fundamental importância quando discutido sobre Responsabilidade Social Empresarial, pois uma empresa responsável socialmente deve ter uma preocupação em sanar os desejos dos que direta ou indiretamente são afetados pelas suas ações.

De acordo com Branco e Rodrigues (2006), a RSE deve gerar vantagens internas e externas, onde as internas podem ser exemplificadas na diminuição dos custos operacionais, através da reutilização de materiais ou restos deles, ou através de incentivos fiscais gerados pelas suas ações.

As vantagens externas podem ser exemplificadas pela boa imagem da empresa, trazendo assim novos investidores, podendo melhorar a relação com outros usuários e atrair colaboradores mais qualificados de outras entidades.

Assim pode-se afirmar que, as empresas consideradas como responsáveis socialmente utilizam essas ações não só como *marketing*, mais também buscam vantagens



competitivas em várias frentes de atuação, buscando maior competitividade e aumento de ganhos. Moura-Leite (2014) completa que:

A premissa geral de que qualquer atuação do desempenho social das empresas pode, inicialmente, melhorar a reputação empresarial não necessariamente se reflete na prática, considerando que as ações precisam assumir um peso mais substancial, a fim de melhorar ou, pelo menos, manter a reputação da empresa.

De acordo com o apresentado, uma entidade realizando uma atividade socialmente responsável não significa necessariamente ter bons resultados, pois deve ser analisado as ações que realmente tem possibilidade de impactar, e beneficiar a empresa, devendo levar em consideração o público que almeja impactar.

Embora a adoção de uma atitude socialmente responsável venha se tornando cada vez mais importante para as organizações, é necessário questionar se os consumidores realmente levam essa questão em conta na decisão de compra. Enquanto alguns pesquisadores sugerem que não existe garantia de que os consumidores sempre optarão por empresas éticas em suas decisões de compra, há cada vez mais evidências de que uma postura ética adotada pela empresa pode influenciar positivamente o comportamento do consumidor. Alguns estudos apontam que os consumidores estariam dispostos a pagar mais por produtos de empresas socialmente responsáveis e até abster-se de alguns de seus atributos para colaborar com um programa social. (PIRES ET AL, 2015).

Sendo assim, conclui-se que as empresas socialmente responsáveis obtém maior destaque no mercado em relação àquelas que apenas pautam suas atividades visando angariar lucro, uma vez que, é cada vez maior a busca por empresas engajadas em ações sociais e que buscam oferecer uma contrapartida à comunidade. Entretanto, é imperioso salientar que esta análise não constitui a regra nem tão pouco o segredo do êxito obtido pelas empresas que assim pautam suas ações.

Os princípios básicos da responsabilidade social seguem a ideia que as empresas são entidades sociais que só podem existir com autorização de uma sociedade, estas naturalmente utilizam em suas atividades recursos da coletividade, como matéria prima e principalmente a mão de obra, e na imensa maioria das vezes causa consequências não muito vantajosas para a coletividade.

No quadro 1 é apresentado os principais prejuízos contrabalanceados com os principais benefícios causados pelas empresas.

**Quadro 1** – Prejuízos sociais contrabalançados com benefícios sociais

<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>PREJUÍZOS</b>
Criação de empregos	Danos ao ambiente
Pagamento de impostos e salários	Utilização e manipulação dos empregados
Promoção da distribuição da renda	Demissões, desemprego
Treinamento da mão-de-obra	Relações suspeitas com o poder, corrupção de funcionários públicos.
Desenvolvimento de fornecedores	

Fonte: adaptado de Maximiano (2012)

Existem pontos positivos e negativos donde toda entidade tem que ter a capacidade de analisar e relacionar ao exercício de suas atividades, devendo observar os prejuízos causados ao meio ambiente, buscando mecanismos para compensá-los e satisfazer as demandas da sociedade.

Para Moreira (2013), a compreensão da responsabilidade socioambiental por parte das empresas, agindo de uma forma mais consciente e ativa esta ligada ao reconhecimento por parte da entidade do seu real papel na sociedade. A empresa tem como objetivo principal de maximizar necessidades de uma sociedade, caso essa necessidade deixe de existir a entidade também será extinta.

Historicamente as empresas exploram os recursos e preocupavam-se em auferir cada vez mais lucros, não deixando uma contrapartida para os setores menos favorecidos da sociedade, com a evolução econômica e intelectual o nível de exigência e de necessidades tende a se modificar. O mercado consumidor passa a valorizar entidades que se preocupam também com o social e não apenas com os lucros.

Com as novas características mercadológicas é necessário que a contabilidade evolua e se adapte, pois ela é responsável pela divulgação da maior parte das informações prestadas pelas instituições públicas, privadas e de economia mista, deixando de divulgar apenas informações de caráter econômico-financeiro e passando a contemplar o socioambiental.

A esse respeito, Tinoco e Kraemer (2006) fazem críticas quanto a elaboração das demonstrações contábeis muito conservadoras, pois devem parar de focar apenas nas informações financeiras e econômicas, passando a levar em consideração também o desempenho social e ambiental.

A contabilidade está evoluindo e se internacionalizando, conseqüentemente passa a ter um foco maior na relação entre os resultados financeiros, econômicos e os investimentos no setor social e ambiental, sendo estes fatores relevantes para o desenvolvimento da sociedade e da imagem das entidades perante o mercado consumidor.

O mercado vem cobrando mudanças na forma como as empresas atuam, tornando-se um diferencial estratégico no competitivo mercado existente e pode até ser considerado uma necessidade básica no que diz respeito a sobrevivência empresarial. As empresas vêm mudando sua forma de trabalhar, realizando uma ligação entre os interesses dos sócios com os da coletividade, com isso as instituições almejam conseguir o respeito dos colaboradores e da sociedade em que estão inseridos, podendo ser considerado um relevante fator de competitividade.

As empresas devem divulgar toda e qualquer relação que tenha com o meio ambiente, que possa vim a gerar informações relevantes para os usuários, mesmo não tendo obrigação legal de divulgar informações de natureza socioambiental. (BRAGA *et al.*, 2009).

Segundo o exposto, as informações sociais e ambientais não têm sua publicação como obrigatória, porém as empresas devem usá-las como demonstração de transparência para seus usuários, garantindo maior confiabilidade perante os investidores e pela sociedade como um todo.

Assim, percebe-se que a Responsabilidade Social Empresarial busca um equilíbrio entre os resultados econômicos financeiros e a contribuição para a sociedade na qual está inserida. Tornando esses investimentos como um diferencial quanto ao competitivo mercado, onde a sociedade passa a valorizar empresas que contribuem para a sociedade e para o meio ambiente, dentre essas podem ser destacadas as instituições financeiras que também devem exercer sua Responsabilidade Social.

### **2.1.3 Responsabilidade Social das Instituições Financeiras**

Segundo Tinoco e Kraemer (2006), a Responsabilidade Social não está ligada mais só às empresas, o setor financeiro passa a ser relevante, apresentando avanços nas políticas socioambientais. Em 1992 a UNEP - *United Nations Environment Programme* (PNUMA), juntamente com alguns bancos prepararam a Declaração Internacional das Instituições Financeiras para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Nesta declaração constaram três metas para as instituições financeiras: reduzir o consumo de energia, água e materiais; inserir a política de risco ambiental para avaliar os investimentos e financiamentos; e apoiar o desenvolvimento de produtos e serviços que promovem a proteção do meio ambiente.

As Instituições Financeiras vêm tomando medidas para auxiliar a evolução socioambiental de toda a sociedade, tendo suas ações fortes impactos devido a sua

influencia na economia, sendo responsáveis pela concessão de empréstimos e colocando como requisito básico a não afetação do meio ambiente.

Mattarozze e Trunki (2007, p.66), destacam que:

(...) muitas instituições financeiras não aceitam a responsabilidade pelos danos sociais e ambientais decorrentes de seus negócios, apesar delas serem ávidas por conceder crédito para o crescimento da economia e por obter os benéficos derivados de seus serviços. Relativamente poucas instituições financeiras, em seus papéis de credor, analista, garantidor, assessor ou investidor efetivamente usam seus poderes para deliberadamente canalizar recursos de negócios sustentáveis ou para encorajar seus clientes a incorporar a sustentabilidade.

Os bancos deveriam analisar os riscos dos investimentos realizados pelas empresas e contribuindo de forma indireta para que empresas possam adotar medidas socioambientais, pois são critérios básicos para a concessão de financiamentos ou empréstimos, com isso exige organização dentro dessas instituições, impedindo ou no mínimo reduzindo a quantidade de empresas que adotam medidas que prejudiquem o ambiente interno e ou externo.

Como forma de incentivar a busca pela sustentabilidade nas instituições financeiras, surge em 1995 o Protocolo Verde, que prever o estabelecimento de políticas, práticas e metas de acordo com a sustentabilidade. Segundo Ribemboim (1996), o Protocolo Verde estabelece como meta básica incluir a temática ambiental na concessão de empréstimos.

Em seguida veio a criação Princípio do Equador, onde teve como objetivo direto o estabelecimento de regras e diretrizes na concessão de empréstimos. Em 2005 teve como sequencia a criação dos Princípios para os Investimentos Responsáveis (PIR- *Principles for Responsible Investment*), determinando regras fundamentais para que os investidores vinculem os temas ambientais, sociais e governança em seus empreendimentos (CUOCO, 2007).

Na visão dos autores, as instituições financeiras não são inquisidores das mudanças sociais, apenas induzem essas modificações através de critérios na prestação de serviço, influenciando para que as entidades se conscientizem e prestem um serviço mais ético e sustentável.

Segundo Vilar (2015), as Instituições Financeiras possuem um efeito catalisador sobre as demais indústrias, pois a concessão de financiamentos influencia fornecedores, cliente e outros setores da sociedade.

Os bancos tendem a implantar cada vez mais a Responsabilidade Social em suas atividades, atendendo as expectativas da sociedade e ganhando credibilidade, atendendo as demandas dos investidores, diminuindo os riscos e as cobranças da população. Além disso, os bancos ganharam mais credibilidade sendo considerados responsáveis socialmente e ficando na preferência dos consumidores.

Para disseminar e sedimentar o conceito de RSE dentro dos bancos, é preciso que ele passe a compor a estrutura da organização, até se tornar 'natural', generalizável e independente dos indivíduos. Porém, esse processo pode sofrer avanços ou retrocessos, o primeiro pela possibilidade dele ser abandonado em decorrência de alguma demanda e o segundo por ele poder alcançar um estado permanente, fazendo com que a organização ganhe legitimidade. (CORDEIRO; MONTEIRO, 2016).

Assim, pode-se afirmar que a Responsabilidade Social das instituições financeiras tem início em seu ambiente interno, tendo como foco os colaboradores que podem ser considerados como responsáveis pelo funcionamento da instituição, podendo ser percebidos através de vale alimentação, financiamento universitário e demais outros incentivos para o crescimento da sua equipe, onde deve ser trabalhado até que seja uma coisa natural.

Segundo Silva (2006), o Brasil tem um sistema financeiro capitalizado e capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado. Possui um sistema financeiro diversificado, dinâmico e inovador, mais possui um sistema financeiro limitado quando diz respeito ao suporte ao crescimento econômico, tendo pouca contribuição no desenvolvimento do país em relação a sua capacidade. Os bancos falham quando o tema é responsabilidade social, uma instituição é responsável socialmente quando aplica os conceitos de ética, com respeito à legislação e preocupação sobre os impactos causados na sua atividade cotidiana.

Mesmo tendo um setor financeiro consolidado não significa que o setor é responsável socialmente, simplesmente a realização de atividades filantrópicas como o patrocínio de eventos culturais, gravações de shows, não conseguem substituir as preocupações éticas diárias que devem ocorrer no dia a dia das entidades, são ações louváveis, porem insuficientes.

O nível de exigência da sociedade vem aumentando ao longo do tempo, com isso os bancos se preocupam cada dia mais em divulgar suas ações sociais e ambientais, quanto maior a transparência mais essas empresas são valorizadas e respeitadas, deve ser

lembrado que o maior ativo que uma instituição financeira pode ter é sua marca, que está vinculada diretamente a imagem que a sociedade tem da mesma.

Assim, as empresas vêm criando formas ou mecanismos para a divulgação de suas ações socioambientais, onde uma das formas pode ser o Balanço Social divulgado em seus portais eletrônicos, balanço esse que será abordado em maior detalhe em capítulos seguintes.

## 2.2 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Segundo Barbieri (2012), a Responsabilidade socioambiental está vinculada ao setor empresarial, onde a sociedade espera ações positivas para resolução dos problemas, problemas estes como desertificação, aquecimento global. Uma empresa corrobora com a resolução dos problemas ambientais quando coloca em seus objetivos básicos o tema Responsabilidade Ambiental, levando em consideração os investimentos necessários e os possíveis lucros auferidos, através de redução de custos, valorização da marca, entre outros.

Para Ribeiro (2010, p. 103):

Nesse momento, a contabilidade ambiental, entendida como meio de fornecer informações, deveria buscar responder a esse novo desafio e aparelhar-se para satisfazer aos usuários interessados na atuação das empresas sobre o meio ambiente, tendo em vista seu dever de subsidiar o processo de tomada de decisão.

Nesse contexto, a contabilidade ambiental exerce papel importante em fazer uma ligação entre as entidades e a sociedade. Passando a ser peça chave no sentido de fornecer informações para os usuários da melhor maneira possível, deixando clara a necessidade de uma constante evolução contábil.

Diniz (2011, p. 46) afirma que os itens ambientais se apresentam como todos os elementos que direta ou indiretamente estão associados ao meio ambiente, seja como investimento, receita, despesa, gasto ou custo de natureza ambiental que são evidenciados através da contabilidade ambiental.

A contabilidade tradicional analisa e estuda o patrimônio, tendo nas contas patrimoniais e de resultado como contas fundamentais.

A contabilidade Ambiental segue o mesmo princípio, tendo ativos e passivos ambientais, tanto como receitas e despesas, tendo também o objetivo de fornecer informações para auxiliar na tomada de decisão dos usuários.

Apesar da existência de inúmeras normas e leis que regulamentem a exploração e o uso de recursos naturais, deixando bem claro as obrigações da sociedade, das empresas e do estado, não existe uma norma que obrigue os mesmos a investirem ou publicarem as informações ambientais, com isso será apresentado no tópico seguinte algumas normas e legislações ambientais aplicadas no Brasil.

### 2.2.1 Legislação Ambiental

A conservação do meio ambiente é um direito da sociedade, segundo a CF (Art.225 de 1988) todo o povo tem direito ao meio ambiente conservado, de usufruto comum, devendo tanto o poder público quanto o setor privado e a população em geral a obrigação de defender e preservá-lo para as atuais e futuras gerações.

A carta magna brasileira determina que não só as empresas devem conservar o meio ambiente, o setor público e as pessoas individualmente também têm essa obrigação, devendo cada ser humano contribuir para uma melhor harmonia entre sociedade e meio ambiente.

Durante a realização da pesquisa foi constatado a execução de diversas leis atuantes, então no quadro 2 são apresentadas as principais legislações em vigor no Brasil.

**Quadro 2:** Principais legislações ambientais brasileiras

LEIS	DESCRIÇÃO
Lei nº 9.605/1998	Lei dos Crimes Ambientais
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e altera a Lei 9.605/1998.
Lei nº 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
Lei nº 6.766/1979	Lei do Parcelamento do Solo Urbano – Estabelece regras para loteamentos urbanos.
Lei nº 6.938/1981	Institui a Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente.
Lei nº 7.347/1985	Lei da Ação Civil Pública – Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico, de responsabilidade do Ministério Público Brasileiro.
Lei nº 9.433/1997	Lei da Ação Civil Pública – Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico, de responsabilidade do Ministério Público Brasileiro.
Lei nº 11284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.



Lei 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
-----------------	--

Fonte: Adaptado de PLANALTO, 2018.

Diante do exposto, é possível entender que apenas a dedicação da sociedade não é suficiente para impor que as entidades públicas e privadas trabalhem no intuito de conservar e recuperar o meio ambiente. Como observado no quadro 2, existe diversas leis e normas que regulamentam os setores públicos e privados, na tentativa de diminuir os danos causados.

O quadro 2 apresenta algumas das principais leis ambientais vigentes no Brasil, porém existem diversas outras normas e decretos que fiscalizam os recursos naturais que não foram apresentados. No entanto a cobrança social ainda é a forma mais eficiente de fiscalizar a exploração indevida do meio ambiente.

### 2.2.2 Balanço Social

O Balanço Social surgiu no intuito de apresentar para a sociedade os resultados dos investimentos realizados nos setores sociais e ambientais pelas empresas. Este foi consequência de movimentos sociais que passaram a debater os impactos das ações do homem sobre o meio ambiente, potencializado com o desenvolvimento industrial que ocorreu nas últimas décadas, sempre buscando destacar o aumento da produtividade e do consumo, aumentando os lucros, os desgastes ambientais e reduzindo gradativamente a preocupação com o bem-estar da coletividade.

Segundo Ribeiro (2010), no início o Balanço Social era visto em um âmbito muito restrito, voltado apenas para o bem-estar dos trabalhadores. Ao longo do tempo passou a ser característica de responsabilidade social empresarial.

Com o surgimento da ideia de consciência social, tema este que vem tomando força a cada dia, exercendo como pilar o crescimento intelectual e a ampliação de políticas públicas e privadas. A sociedade vem valorizando cada vez mais as entidades intituladas socialmente responsáveis, isso surge devido a consciência de que os agentes públicos não mais têm capacidade ou a força de suprirem as necessidades demandadas pela sociedade.

Como visto no decorrer da pesquisa a melhor forma de pressionar os agentes públicos ou privados para que ajam de forma a melhorar o ambiente interno e externo é através de pressões sociais. Com isso surge o balanço social, tendo sua divulgação

fundamentada na ideia de demonstrar para sociedade as ações benéficas das empresas e sua contribuição para o meio em que esta inserida.

No entanto o conceito publicado pelo IBASE em seu portal eletrônico não leva em consideração os aspectos ambientais, onde deve ser evidenciado que o Balanço Social é publicado anualmente e que apresenta um conjunto de informações em relação a investimentos e projetos realizados em benefícios de seus colaboradores e da comunidade na qual está inserida, não podendo deixar de lado que também é usado como ferramenta estratégica para avaliar a responsabilidade social corporativa das empresas.

Para a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Balanço social é um instrumento de divulgação das empresas para toda uma sociedade, apresentando suas ações sociais e ambientais, divulgação esta que é feita através de indicadores que apresentam gastos e investimentos realizados em prol de seus colaboradores e da sociedade como um todo.

Quanto ao Balanço Social, Garcia e Behr (2012) relatam que:

Sua importância está em demonstrar e tornar público quais são as ações que estão sendo adotadas pelas empresas quanto aos aspectos ambientais, tanto no que se refere a políticas ecologicamente corretas, que visem a proteção do meio ambiente, como também ações corretivas que estão sendo adotadas para evitar danos futuros.

Apesar da não obrigatoriedade do Balanço Social as entidades enfatizam a sua divulgação nos portais eletrônicos, para que a sociedade possa conhecer as ações socioambientais da empresa, buscando melhorar a sua imagem e, conseqüentemente, contribuindo para a coletividade.

Mesmo o Balanço Social tendo pouco detalhamento das informações publicadas, divulgando sempre apenas as informações positivas para com as empresas, ainda pode ser utilizado como um instrumento de gestão, fornecendo informações para os tomadores de decisões.

### **2.2.3 Relatório de Sustentabilidade e Relatório Socioambiental**

Segundo o Instituto ETHOS (2012), o Relatório de Sustentabilidade foi iniciado pela *Global Reporting Initiative* (GRI) em 2007, tendo como objetivo divulgar o desempenho ambiental, social e econômico das empresas para todos os usuários. O modelo elaborado pelo instituto é mundialmente conhecido e aplicado.

O modelo do Instituto ETHOS tem como premissa a apresentação simplificada e objetiva do relacionamento da entidade com os eventos sociais e ambientais, facilitando o entendimento e a utilização das informações pelos usuários.

Segundo Ribeiro (2010), o *Global Reporting Initiative* (GRI) consiste em um órgão internacional e independente, criado em 1998, tendo como objetivo a criação e divulgação de mecanismos aplicáveis na elaboração de relatórios socioambientais, contendo informações econômicas, ambientais e sociais de seus produtos e serviços.

Os relatórios têm como finalidade evidenciar a relação da entidade com fatos socioambientais ocorridos, possibilitando aos usuários uma informação verdadeira no auxílio das tomadas de decisões e também deve permitir a comparabilidade de relatórios de empresas distintas e em períodos diferentes.

O Relatório Socioambiental é o meio de divulgação de informações sociais e ambientais mais utilizados, porém a comparabilidade é prejudicada devido a falta de um modelo padrão estabelecido e de uma obrigatoriedade de publicação, haja vista que cada entidade estabelece o seu modelo e período de publicação.

Para Tinoco e Kraemer (2006), os relatórios ambientais, socioambientais, ou simplesmente suplementos ambientais, são os meios que as empresas adotam para descrever e divulgar informações de seu desempenho ambiental, relativos aos eventos e impactos das atividades da empresa no meio ambiente para todos os interessados nesse tipo de informação, permitindo entender seu relacionamento com a empresa.

Contudo, as entidades passam a apresentar informações socioambientais em seus demonstrativos, no intuito de demonstrar o reflexo de suas atitudes perante a exigência de informações que auxiliam o processo decisório, a fim de minimizar os possíveis riscos dos seus investimentos.

#### **2.2.4 Indicadores Sociais e Ambientais (ISE)**

A importância dada pela sociedade a ações que comprovem que a entidade adota e exerce a Responsabilidade Social vem chamando atenção e despertando interesse de organizações e investidores, influenciando também o mercado financeiro a criarem índices que representem a participação das instituições financeiras nessa área.

Segundo B3 (2018), o Índice de Sustentabilidade Empresarial foi iniciado em 2005 em parceria com: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do

Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *International Finance Corporation* (IFC), Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente.

Para Silva *et al* (2010), o objetivo do ISE é destacar as empresas que se preocupam com a responsabilidade social e ambiental a longo prazo, sendo este com significativa credibilidade para o mercado financeiro, além de estimular as boas práticas por parte das demais entidades.

Portanto, a inclusão da empresa na carteira do ISE demonstra a dedicação em proteger o meio ambiente e investir na qualidade de vida das pessoas, buscando soluções com o intuito de recuperar áreas degradadas e atuando como uma entidade responsável socialmente, ambientalmente e economicamente.

B3 ainda complementa que o ISE é uma ferramenta estratégica que visa comparar o desempenho das empresas listadas através de suas políticas e práticas socioambientais. Buscando ampliar e estimular a responsabilidade social das empresas o sistema ISE utiliza a metodologia de Questionário-base, distribuída em sete dimensões: Geral, Governança Corporativa, Social, Econômico-Financeira, e Mudanças Climáticas.

O questionário é dividido em critérios diretamente ligados a sustentabilidade, sendo dividido em sete dimensões que buscam estabelecer o compromisso com a responsabilidade socioambiental e permitindo a comparabilidade das informações em diferentes aspectos e períodos de tempo.

De acordo com o documento “Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial” (ISE, 2015), a carteira que compõe o ISE é de no máximo 40 empresas, onde é composto exclusivamente por ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA (2018) e que devem atender aos seguintes critérios de inclusão.

A Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE, 2015) consiste:

- Estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), ocupem as 200 primeiras posições.
- Ter presença em pregão de 50% (cinquenta por cento) no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores.
- Não ser classificado como “Penny Stock”.
- Atender aos critérios de sustentabilidade e ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE.

- Uma vez que um ativo de uma empresa atenda aos critérios de inclusão acima, todas as espécies de sua emissão participarão da carteira do índice, desde que estejam entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem em conjunto 99% (noventa e nove por cento) do somatório total desses indicadores.

Já enquanto os critérios de exclusão podem ser evidenciados os seguintes:

- Deixarem de atender a qualquer um dos critérios de inclusão.
- Durante a vigência da carteira passem a ser listados em situação especial. Serão excluídos ao final de seu primeiro dia de negociação nesse enquadramento.
- Forem de emissão de uma empresa cujo desempenho de sustentabilidade, no entendimento do Conselho Deliberativo do ISE (CISE), tenha sido significativamente alterado em função de algum acontecimento ocorrido durante a vigência da carteira. Nesse caso, os ativos serão excluídos, a qualquer momento, por deliberação do CISE.

Perante o exposto, o ISE permite identificar a evolução das práticas impostas em prol da sustentabilidade, se adaptando e acompanhando a evolução que o mercado necessita. O sistema de questionário aplicado anualmente possibilita alterações nas empresas que compõem o grupo, tendo a possibilidade de saída de alguma entidade e entrada de outras, conseqüentemente obrigando-as a não pararem de ter como critério de gestão o quesito socioambiental. Nesse contexto aparecem as instituições financeiras como auxiliadoras na manutenção da estrutura social, ambiental e econômica das organizações.

### 2.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As instituições financeiras surgiram a partir do século XV, como a expansão das grandes navegações, algumas famílias ou grupos de pessoas que eram economicamente fortes se juntaram e criaram as primeiras instituições financeiras que se tem conhecimento. Segundo Ferreira (2008): “O modelo bancário introduzido no Brasil foi o Europeu, pelo qual se entendiam como atividades cruciais as operações de depósitos e empréstimos [...]. Aos poucos foram sendo criados novos serviços e houve expansão nos negócios”.

De acordo com o mesmo Ferreira (2008), um marco histórico no sistema financeiro foi a implantação do Plano Real de 1994 idealizado pelo então Ministro da

Fazenda Fernando Henrique Cardozo no governo de Itamar Franco, onde teve um crescimento na capacidade de compra do povo brasileiro, tendo uma enorme procura pelos serviços ofertados pelos bancos.

Essa estabilidade fornecida pelo Plano Real transformou as instituições financeiras em parte extremamente importantes no desenvolvimento sustentável do país, então o setor financeiro se destacou pela evolução da sustentabilidade, aderindo até ao Princípio do Equador desenvolvido em 2003 pela IFC - *Internacional Finance Corporation*.

Pode-se observar que, as instituições financeiras exercem um papel fundamental no crescimento do país, sendo um dos principais financiadores das entidades e podendo também incentivar de forma direta ou indireta investimentos socioambientais através dos projetos, podendo até futuramente considerar como requisito básico para concessão de empréstimos a questão ambiental, realizando uma ligação entre o crescimento econômico com a qualidade do meio ambiente.

Em busca de estar à frente na evolução mercadológica, as instituições financeiras têm o desafio de continuar crescendo, gerando riqueza para a sociedade e ser uma empresa socialmente e ambientalmente responsável, tornando a reputação o maior ativo que um banco pode ter. Nesta premissa, serão apresentadas as principais instituições financeiras brasileiras utilizadas como base para esta pesquisa e suas respectivas análises, tendo como base de todas as informações apresentadas em portais eletrônicos (páginas oficiais das mesmas *on line*).

### **2.3.1 Banco do Brasil**

Segundo o portal eletrônico o Banco do Brasil é uma instituição genuinamente brasileira, criada em 12 de outubro de 1808 pelo então príncipe regente D. João após a vinda da coroa portuguesa para o Brasil devido a invasão das tropas de Napoleão, então foi criado o quarto banco emissor do mundo, o Banco do Brasil.

Sendo uma estatal de economia mista o Banco do Brasil é uma das marcas mais respeitadas pelo povo brasileiro, sempre se preocupando com a evolução do meio em que ele está inserido através de investimentos sociais e ambientais em diversos setores. Sediado em Brasília (DF) o Banco do Brasil tem estado presente em mais de 23 países através de mais de cinco mil agências, sendo a segunda maior instituição financeira da América Latinas, ficando atrás apenas do Itaú Unibanco, busca sempre inovar e investir em seus colaboradores.

## Segundo o Portal Eletrônico Banco do Brasil (2018):

O compromisso do BB com o desenvolvimento social está alinhado com as políticas de Estado, as demandas e expectativas das comunidades e de outros *stakeholders* do BB e com as diretrizes de negócio estabelecidas pela alta gestão.

O Banco do Brasil criou uma ferramenta que busca estabelecer um grupo de ações para gerar um plano de ação, buscando identificar as maiores carências da região e estabelecendo as ações necessárias para resolução ou redução dos problemas detectados.

De acordo com o portal eletrônico, a instituição busca maiores investimentos em pessoas, como o programa aprendiz BB, Estágio de Estudantes, Cultura e Esporte. Tendo como foco a evolução do ser social, quanto a isso todas as instituições financeiras como o Bradesco e a Caixa Econômica Federal devem seguir o mesmo foco, sendo evidenciado em seguida algumas ações e características dessa entidade.

Observa-se que o Banco do Brasil contribui de forma concreta e efetiva para o desenvolvimento socioambiental do país, conseqüentemente agrega valor a sua imagem e torna-se um diferencial para atrair novos cliente e investidores, devendo ser evidenciado que integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA - (ISE) desde sua fundação. Utiliza a Fundação Banco do Brasil como ferramenta para maiores investimentos sociais, tendo esta o objetivo de melhorar a vida das pessoas, promovendo a inclusão e o desenvolvimento sustentável.

### 2.3.2 Bradesco

De acordo com o seu portal eletrônico, o Bradesco (2018) foi fundado em 1943, no interior paulista, por Amador Aguiar. É o único banco privado que está presente em quase todos os municípios do país, tendo iniciado com uma filosofia totalmente diferente, onde os gerentes estavam em contato direto com os clientes, ensinando a fazer tarefas básicas como o preenchimento de cheques, pegando um mercado consumidor até então pouco explorado, como imigrantes, lavradores e pequenos comerciantes.

Nossa estratégia de sustentabilidade está centrada na gestão de riscos e em oportunidades de negócios inclusivos e alinhados à economia verde; no fortalecimento da governança e da conduta ética; na geração de valor compartilhado para funcionários, fornecedores, clientes e acionistas e no investimento socioambiental para a transformação social e preservação do meio ambiente. (BRADESCO, 2018).



Este banco tem historicamente a inclusão social como objetivo, buscando o público que não tem acesso a linhas de crédito ou aos serviços oferecidos pelas instituições financeiras, tendo o investimento socioambiental como uma forte ferramenta de marketing e bastante explorada em seu portal eletrônico, incentivando seus clientes e colaboradores a investirem em um meio ambiente mais sustentável.

Segundo o seu portal eletrônico, a entidade adere ao Princípio do Equador e ao Pacto Global por volta dos anos 2.000 e lança o conceito “Banco do planeta”, conceito este que estabelece um novo posicionamento nas ações socioambientais da organização.

O Bradesco faz parte do grupo de empresas que integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA (2018) e segundo a revista exame (2016) é a quarta maior instituição financeira do Brasil em ativos. A empresa tem como característica o investimento em eventos esportivos, como o patrocínio da olimpíada do Rio de Janeiro, a criação do Centro de Desenvolvimento Esportivo da ADC Bradesco Esportes e Educação, que dá oportunidade a meninas de oito a dezoito anos praticarem várias modalidades esportivas e possui em seu portal eletrônico, vários cursos gratuitos na intenção de estimular o aumento de conhecimento de seus colaboradores e da sociedade em geral.

#### 2.4 ESTUDOS ANTERIORES

É fundamental focar quanto é relevante o uso dos indicadores ambientais e assim delimitar bem o objetivo, meta ou problema a ser atingido em um estudo, selecionando a(s) metodologia(s) existente(s) mais adequada(s), auxiliando na seleção e gerenciamento adequado dos indicadores, considerando as questões envolvidas nos principais eixos dos indicadores sociais, econômicos e ambientais (MORAES *et al.*, 2019).

Tratando-se sobre Responsabilidade Social Corporativa, Sousa *et al.* (2011) realizaram um trabalho para demonstrar o desempenho de empresas que fazem parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), apontando o grau de correlação entre suas receitas líquidas e o ISE no período em que as mesmas fizeram parte da carteira. Utilizando o método de Regressão Simples, não linear, constataram que, quanto mais varia o ISE, mais as receitas líquidas das empresas variarão respectivamente no percentual declarado.

Teixeira *et al.* (2011) analisaram a relação do ISE com o risco. As empresas que sinalizaram Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tiveram uma relação negativa

com o endividamento e o risco, quando comparadas com aquelas que não sinalizam. Esses resultados ajudaram a entender a relevância dos índices de sustentabilidade como um canal de informação crível do comprometimento da empresa com a RSC.

Nesta mesma perspectiva, Tairrol *et al.* (2011) analisaram e compararam a evolução do investimento social interno, valor adicionado gerado e receita operacional e líquida bem como verificaram, se os investimentos sociais internos contribuem para o aumento da receita e do valor adicionado das organizações bancárias brasileiras. Conforme pesquisa, o aumento do investimento social interno proporciona aumento no valor adicionado gerado, deste modo, também no valor adicionado distribuído aos funcionários. Outro fator relevante é que os gastos com pessoal é um dos elementos para aumentar as receitas e gerar riqueza para as organizações bancárias.

Outro estudo no setor bancário brasileiro analisou-se os investimentos em projetos socioambientais por meio de balanços sociais e relatórios de sustentabilidade. Segundo os resultados de Parisotto; Souza (2012), a maioria dos bancos diminuíram o seu lucro líquido em relação a receita operacional líquida. Apesar do aumento em investimentos sociais internos e externos, só uma minoria aumentou o seu lucro líquido.

Com outro foco em relação aos bancos, a pesquisa de Santos; Porto (2014) mensurar a percepção de clientes pessoas físicas de que um banco de varejo no Brasil é ambientalmente responsável, explica a satisfação, a confiança e as lealdades atitudinal e comportamental. No estudo constataram que, a percepção do consumidor de que um banco de varejo é ambientalmente responsável explicava a satisfação e a confiança, na qual a satisfação foi mais relevante na estimação da lealdade atitudinal do que a confiança. Contudo, tanto satisfação, quanto confianças não explicaram a lealdade comportamental.

A pesquisa de Pulido e Villegas (2015) abordou o caso do setor bancário argentino e estudou o papel da informação contábil ambiental (relatórios de sustentabilidade) no tratamento dos conflitos ambientais no setor financeiro. Como resultados, apesar dos avanços dos bancos em matéria de publicação de informação contábeis meio ambiental, os conflitos ambientais não são assimilados de maneira adequada para enfrentar os desafios que significam o desenvolvimento sustentável em sua vertente forte.

Ainda no setor bancário brasileiro, outra pesquisa relevante foi a de Coelho, Lorandi (2015), que investigaram os investimentos, tanto de caráter social – interno e externo – quanto de caráter ambiental, que vêm sendo realizados por três grandes bancos brasileiros e compará-los com o nível de crescimento das receitas obtidas no mesmo período.

Nessa pesquisa acima, a análise foi realizada a partir de valores extraídos dos indicadores do Balanço Social: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e indicadores ambientais. Os resultados apontaram uma diferença significativa entre a receita líquida e os investimentos socioambientais nas empresas estudadas.

O crescimento dos estudos ao longo do tempo e a quantidade de indicadores produzidos e avaliados aponta como este caminho acaba sendo propício na avaliação das instituições (Valério; Silva, 2020). Portanto, avaliações desses indicadores e comparações entre esses resultados acabam sendo desejáveis e auxiliam na consolidação desse relevante campo de estudos.

Assim, com base nos estudos anteriores, esta pesquisa pretende atualizar a pesquisa realizada por Coelho, Lorandi (2015), comparando os resultados atuais com os anteriores, bem como utilizando outros métodos utilizados nas outras pesquisas citadas.

### 3 METODOLOGIA

Com base na pesquisa de Coelho e Lorandi (2015), optou-se por realizar uma pesquisa em instituições financeiras bancárias que elaboram o Balanço Social para permitir análises comparativas: Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. No referido estudo (2015), foram analisados os balanços sociais de 2009 a 2012. Portanto, nesta pesquisa atual, pretendeu-se atualizar esta pesquisa e abranger mais indicadores ambientais para ampliar esta discussão.

Contudo, ao coletar novos dados, uma das limitações da pesquisa foi adequar um parâmetro entre os períodos coletados na publicação do Balanço Social, onde apresentasse os indicadores sociais internos e externos e os Investimentos em Meio Ambiente para que a análise dos resultados pudesse realizar uma comparabilidade entre as instituições financeiras.

Na coleta de dados desta pesquisa, constatou-se que o Banco do Brasil apresentou Balanço Social até o ano de 2015. Já a Caixa Econômica Federal até o ano de 2012, contudo, não é padronizado. No caso do Banco Bradesco, as informações do Balanço Social são claras e diretas e estão atualizadas até o ano de 2016. Deste modo, optou-se por excluir a Caixa Econômica Federal e realizar a análise dos dados nos Balanços Sociais do Bradesco e do Banco do Brasil nos últimos 6 (seis) anos em comum (2010 – 2015).

Esta limitação de dados também foi evidenciada na pesquisa de Almeida *et al.* (2017), pois ao investigarem as práticas socioambientais de quatro instituições financeiras

que pertencem à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), os resultados demonstraram que as instituições financeiras seguem as diretrizes dos indicadores do GRI, contudo, não há uma uniformização dos indicadores evidenciados, o que dificulta a comparação entre as instituições.

No intuito de investigar os indicadores sociais e ambientais, por meio do Balanço Social, utilizou-se a pesquisa de Parisotto; Souza (2012), para tomar como base as variáveis mais relevantes desse demonstrativo, onde foi realizado um tratamento analítico das informações, verificando-se o montante de valores investidos, conforme discriminados na sequência:

- a) investimentos sociais internos (ISI): são aqueles realizados em programas sociais que atendem a comunidade interna da empresa, constituída por seus empregados e por seus dependentes, também denominados de benefícios; representam gastos com: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação em lucros ou em resultados e em outros benefícios relacionados aos funcionários;
- b) investimentos sociais externos (ISE): são os que são gastos em programas sociais que atendem a sua comunidade externa, também conhecida como patrocínios; são gastos com: educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, tributos arrecadados aos cofres públicos;
- c) investimentos em meio-ambiente (IMA): são os investimentos em programas sociais cujos esforços estão relacionados ao meio ambiente e a seus recursos naturais; são os gastos com a produção/operação da empresa e com investimentos em programas e/ou projetos externos. (PARISOTTO; SOUZA, 2012).

Com base na pesquisa de Coelho; Lorandi (2015) foi analisado os dados mais recentes do ISI, ISE e IMA onde há simultaneamente os dois bancos estudados (2015) por meio de um gráfico para demonstrar a composição dos valores entre os indicadores estudados.

Para alcançar o objetivo geral, utilizou-se o método adaptado de Sousa *et al.* (2011), para analisar a correlação entre o resultado operacional e os indicadores sociais através de uma análise de correlação cujo método utilizado foi a correlação simples, não linear, procurando descrever e compreender a suposta existência de relacionamento entre essas variáveis.

Utilizou-se da análise de correlação cujo método utilizado foi a Correlação Simples, não linear, não paramétrico, utilizando como base a análise de dados não paramétricos, através da Correlação de *Sperman*, procurando com isso descrever e compreender a suposta existência de relacionamento entre essas variáveis.

Segundo Perez (2015, p. 111): O coeficiente de correlação de *Spearman*, em geral, é usado quando a distribuição das variáveis não é normal, pois corresponde a um método não-paramétrico de se calcular a correlação dos dados.

Esse coeficiente tem o objetivo de verificar o grau de relação entre duas variáveis, utilizando as posições em que os pontos discutidos estão localizados, ao invés de utilizar simplesmente os valores. Essas técnicas permitiram explicar, a correlação existente entre os valores das variáveis estudadas, uma em função da outra, podendo-se verificar uma relação de causa e efeito entre as variáveis. Para fins de esclarecimento usa-se correlação entre duas ou mais variáveis quando as alterações sofridas por uma delas são acompanhadas por modificações nas outras.

A análise gráfica foi realizada através da estipulação das variáveis através de pesquisas documentais, das quais foram determinadas as variáveis independentes (Indicadores sócio ambientais do balanço social de 2010 a 2015), variáveis dependentes (Resultado operacional líquido na Demonstração do resultado do exercício de 2010 a 2015). Os resultados foram discutidos e apresentados em tabelas e gráficos.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No intuito de verificar se existe alguma relação entre os indicadores sociais internos, externos e ambientais, com os lucros auferidos pelas Instituições Financeiras estudadas (ROL). Optou-se pela análise de correlação não linear, obtendo-se os resultados apresentados no decorrer desse capítulo, onde na tabela 1 é exposta os valores numéricos da correlação linear entre a ROL e os Indicadores Socioambientais das respectivas entidades, servindo assim como comparativo para reforçar os resultados obtidos no respectivo estudo.

**Tabela 1:** Correlação entre o ROL e os Indicadores Socioambientais (2010 a 2015)

	ISI	ISE	IMA
<b>Bradesco</b>	0,205557	-0,05604	-0,56148
<b>Banco do Brasil</b>	-0,1215	0,412645	0,334945

Fonte: Dados da Pesquisa

Enquanto que na tabela 2 é apresentado os valores numéricos que representam a correlação entre a Resultado Operacional Líquido (ROL) e os Indicadores Socioambientais, utilizando a correlação que melhor representa a análise dos dados, sendo uma correlação não linear, não paramétrica, a informação mais precisa é encontrada a partir da análise da correlação de *Spearman*.

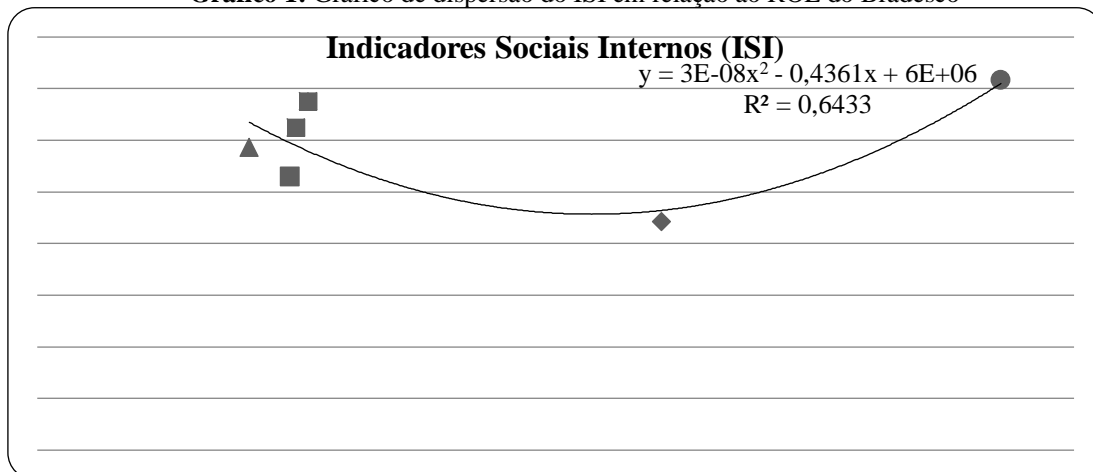
**Tabela 2:** Correlação de *Spearman* do ROL e os Indicadores Socioambientais (2010 a 2015)

	ISI	ISE	IMA
<b>Bradesco</b>	0,37142857	0,02857143	-0,94285714
<b>Banco do Brasil</b>	-0,60000000	-0,08571429	0,25714286

Fonte: Dados da Pesquisa

A seguir foram apresentados e analisados os gráficos de 1 a 6, referentes à dispersão das duas Instituições Financeiras estudadas, levando em consideração a Receita Operacional Líquida como variável dependente e as relacionando com a tabela 2, que identifica a correlação entre os indicadores sociais e o Resultado Operacional Líquido das entidades.

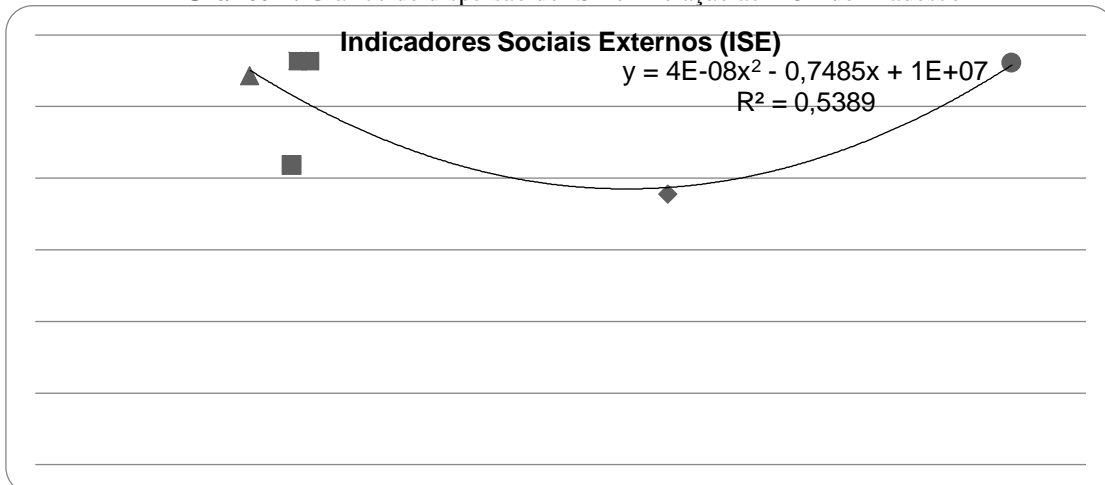
**Gráfico 1:** Gráfico de dispersão do ISI em relação ao ROL do Bradesco



O gráfico 1 demonstra a baixa relação entre os Indicadores Sociais Internos (ISI) e o Resultado Operacional Líquido (ROL), tendo em vista que a correlação não linear entre eles atingiu o valor de 0,37142857, comprovando que o ISI pouco exerce influência nas alterações do ROL, sendo considerado uma correlação fraca positivamente.

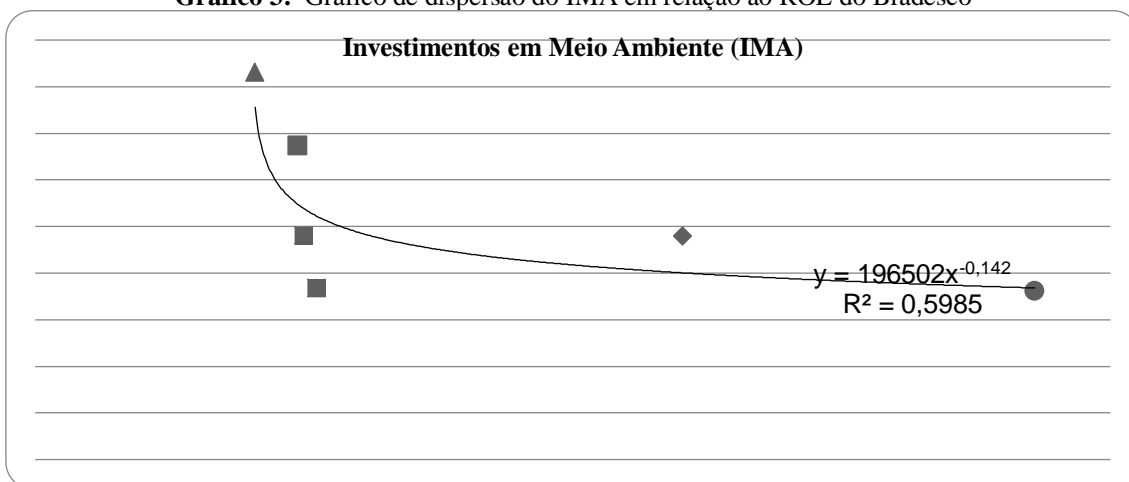
Para solidificar ainda mais o resultado pode ser evidenciado que caso a correlação utilizada fosse a de *Pearson* (linear) observada na tabela 1, afirma-se que o resultado seria o mesmo. O Gráfico 2 apresenta a dispersão entre os indicadores sociais externos e o Resultado operacional Líquido.

**Gráfico 2:** Gráfico de dispersão do ISE em relação ao ROL do Bradesco



Observando a linha de tendência (Gráfico 2), percebe-se que os Indicadores Sociais Externos também exercem pouca influência em relação ao Resultado Operacional Líquido, sendo comprovado por uma correlação aproximada a zero, como evidenciado na tabela 2, sendo considerada uma correlação ínfima positiva. Segue o gráfico 3 de dispersão dos Investimentos em Meio Ambiente em relação ao ROL do Bradesco.

**Gráfico 3:** Gráfico de dispersão do IMA em relação ao ROL do Bradesco



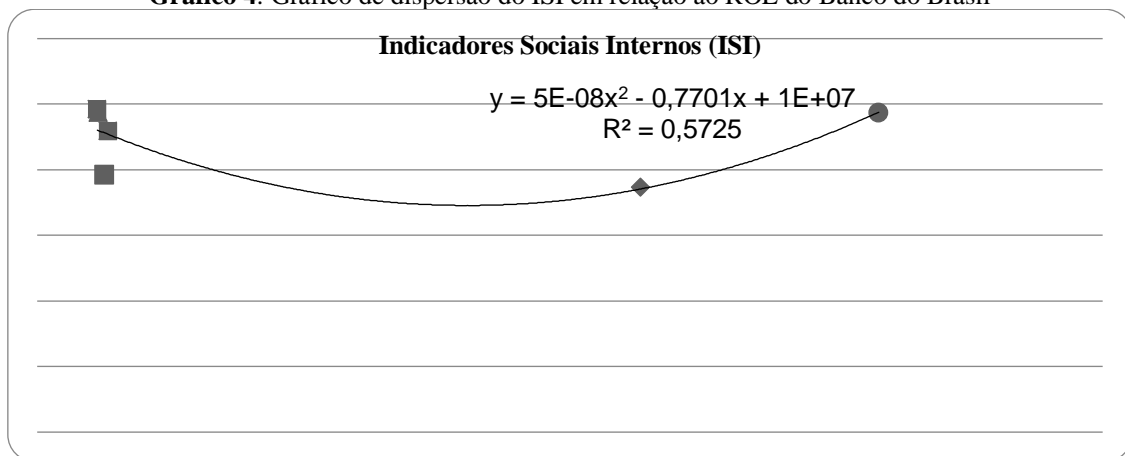
O gráfico 3 tende a ter um resultado um pouco deferente dos anteriores, demonstrando que existe relação entre os Investimentos em Meio Ambiente (IMA) e o Resultado Operacional Líquido, foi observado no quadro 4 que sua correlação é de -0,94285714, sendo uma correlação forte negativamente, demonstrando que a influência exercida é negativa, conclui-se que quanto maior é o Investimento em Meio Ambiente praticado pelo Bradesco, menor será o Resultado Operacional Líquido (ROL).



Portando, é perceptível que a relação entre os Indicadores Sociais Internos e Externos, em relação ao Resultado Operacional Líquido é praticamente inexistente no Bradesco, contudo existe uma relação forte quando referenciada com os Investimentos em Meio Ambiente.

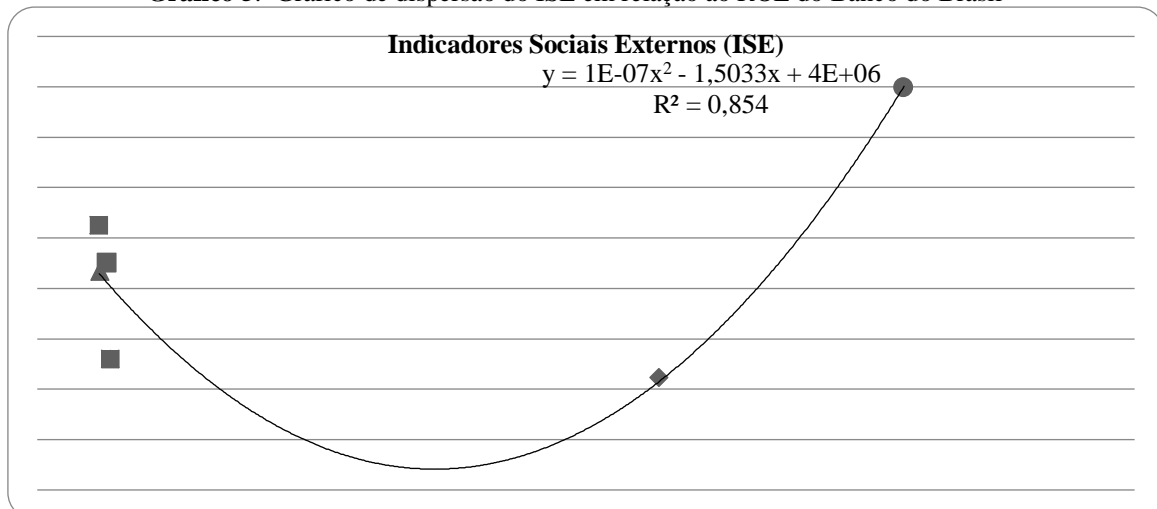
Pode ser observado que quando comparados a correlação linear da tabela 3 e a não linear da tabela 2, os resultados obtidos são bastante semelhantes, tendo uma relação apenas no IMA. Com isso em seguida serão apresentados os resultados obtidos a partir da coleta de dados do Banco do Brasil (gráfico 4).

**Gráfico 4:** Gráfico de dispersão do ISI em relação ao ROL do Banco do Brasil



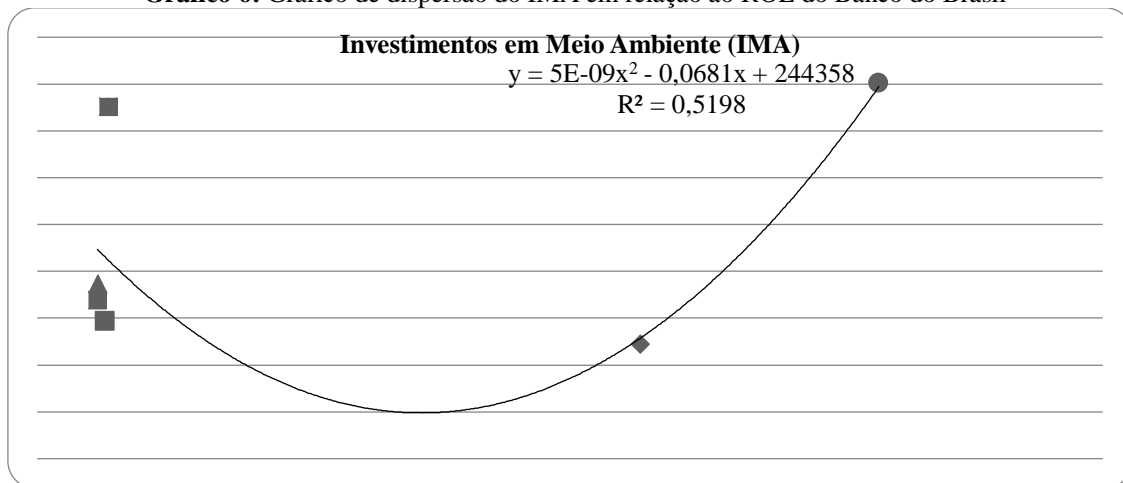
Quanto ao Banco do Brasil, também pode ser observado que a linha de tendência tende para baixo, obtendo-se correlação não linear de -0,60000000, demonstrando que existe uma relação moderada negativa entre os Indicadores Sociais Internos (ISI) e o Resultado Operacional Líquido (ROL). Segue o gráfico 5 com os resultados do Banco do Brasil

**Gráfico 5:** Gráfico de dispersão do ISE em relação ao ROL do Banco do Brasil



De acordo com o gráfico 5, observa-se um resultado semelhante ao utilizado para determinação da correlação dos Indicadores Sociais Externos do Bradesco, porém em sentido inverso, demonstrando também que não existe relação entre os indicadores, utilizando o Resultado Operacional Líquido como referência. Complementando essa perspectiva, segue o gráfico 6 de dispersão dos investimentos em meio ambiente e relação ao resultado operacional líquido do Banco do Brasil.

**Gráfico 6:** Gráfico de dispersão do IMA em relação ao ROL do Banco do Brasil



De acordo com o gráfico exposto, pode ser observada uma linha de tendência positiva, sendo evidenciado na tabela 2 uma correlação de 0,25714286 onde pode ser considerada como uma correlação fraca positiva. Demonstrando que diferentemente do Bradesco não existe uma relação tão forte entre os Investimentos em Meio Ambiente (IMA) e o Resultado Operacional Líquido (ROL) no Banco do Brasil.

Quando comparado a média dos indicadores socioambientais em relação a Receita líquida da pesquisa de Coelho, Lorandi (2015), que analisa o período de 2009 a 2012, constatou-se que o Banco do Brasil apresentou pouca variação média nos indicadores sociais, contudo, houve destaque na evidenciação dos Investimentos Ambientais, que tiveram um crescimento médio de 105% quando comparado as duas pesquisas.

Já o Bradesco teve atuação diferente, com várias mudanças relevantes, onde teve uma queda média de 7,29% da Receita Líquida, o que representa um decréscimo de 14,07% em relação a pesquisa base. Enquanto isso os Indicadores Sociais Internos e Externos tiveram um crescimento de 16,47% e 14,45% respectivamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à degradação e ao desgaste ambiental, as entidades passaram a congregam a responsabilidade socioambiental em seus planos de ações, tendo em vista o grau de relevância que essa possui para as empresas que pretendem se sobressair no mercado, uma vez que a sociedade como um todo tende a valorizar as instituições que praticam ações de cunho social, sendo um diferencial competitivo.

Com base nas informações apontadas ao longo deste estudo, observou-se uma tendência das Instituições Financeiras em direcionar maiores investimentos em projetos socioambientais, uma vez que passou a ser fundamental a existência de informações veiculadas por meio dos demonstrativos contábeis que acabam por auxiliar e conduzir as tomadas de decisões dos usuários.

Quanto aos objetivos alcançados pela pesquisa científica, é notório que ambas as Instituições Financeiras demonstraram interesse em investimentos sociais internos e externos, ainda que perceptível à diferença na distribuição de recursos entre elas.

Por conseguinte, à medida que se analisou os Indicadores Sociais e Ambientais, constatou-se que as Instituições Financeiras alocaram grande parte de seus recursos em indicadores sociais internos e externos, sendo, portanto, menor a valorização em Investimentos no Meio Ambiente (IMA), de modo que há uma média de investimentos inferior a 1% em relação à Receita Líquida de ambos os bancos.

Ao longo da presente pesquisa, observou-se uma inclinação conjunta da sociedade e das empresas em designarem recursos às questões sociais, no entanto em virtude da ausência de padronização do Balanço Social e da não divulgação dos respectivos balanços pela Caixa Econômica Federal, o exame das respectivas informações foi dificultoso, fazendo-se necessário a análise apenas das outras duas entidades.

Além disso, a falta de clareza e mensuração dos quesitos sociais por parte das Instituições Financeiras tornou a abordagem exclusivamente qualitativa, não havendo apresentação dos valores relativos a tais aplicações de recursos.

Desta feita, tendo com subsídio os dados coletados e analisados através dos gráficos de dispersão e dos indicadores de correlação, não podemos assegurar que existe relação entre os Indicadores Socioambientais e o Resultado Operacional Líquido (ROL) das Instituições Financeiras, pois a relação foi constatada apenas em alguns indicadores.

Portanto é necessário destacar que após o estabelecimento da tabela de Correlação de *Spearman* foi identificado que não existe uma correlação positiva, existindo uma

relação negativa nos Investimentos em Meio Ambiente (IMA) do Bradesco, ou seja, quanto maior o investimento em meio ambiente, menor será o Resultado Operacional Líquido (ROL), enquanto que os Indicadores Sociais Internos (ISI) do Banco do Brasil agem de forma semelhante, com diferenciação apenas na correlação que é moderada negativa.

Sendo assim, a partir do exame dos dados presente nos Balanços Sociais das instituições financeiras é possível constatar a existência de um crescimento constante relacionados aos indicadores sociais e ambientais. De modo que não é perceptível uma correlação direta entre o aumento dos investimentos socioambientais e o Resultado Operacional Líquido (ROL), por parte das entidades estudadas, sobretudo no que diz respeito aos setores de preservação e manutenção do meio ambiente.

Por todo o exposto, recomenda-se para pesquisas futuras, o aproveitamento dos mesmos indicadores em períodos posteriores, podendo-se utilizar o presente estudo como base, assim como das informações qualitativas dos dados apresentados nos Relatórios Anuais das mesmas Instituições Financeiras ou de outras e replicar este estudo em instituições de setores públicos (Prefeitura) e empresas consideradas socialmente responsáveis que estejam na BOVESPA, ISE e GRI.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. J. L. de; NASCIMENTO JUNIOR, E. R do; COSTA, A. de J. B. Práticas de sustentabilidade corporativa no brasil: análise das instituições financeiras integrantes do índice de sustentabilidade empresarial. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 14, n. 1, p. 84-99, mar. 2017. ISSN 2446-6875. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/898/1865>. Acesso em: 19 mar. 2019. doi:<https://doi.org/10.25112/rgd.v14i1.898>.

BANCO DO BRASIL. **Responsabilidade social e características** (2018). Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 30 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual 2015** (2015). Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/relan2015.pdf>> Acesso em: 02 de jan. 2018.

BARBIERI, J. C; CAJAZEIRAS, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável** – da teoria a prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. BOVESPA, 2018. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm)>. Acesso em: 31 de jan. 2018.

BRAGA, J. P; OLIVEIRA, J. R S; SALOTTI, B. M. **Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras**. R. Cont. Ufba, Salvador-Ba, v. 3, n. 3 p. 81-95, setembro/dezembro 2009.

BRANCO, M. C., & Rodrigues, L. L. Corporate social responsibility and resource-based perspectives. **Journal of Business Ethics**, 69(2), 111-132. 2006.

BRADERCO. **Responsabilidade social e características** (2018). Disponível em: <<https://banco.bradesco/html/classic/sobre/nossa-historia.shtm>> Acesso em: 30 de jan. 2018.

CAMPOS, L. M. de. S; LERÍPIO, A. de. A. **Auditoria Ambiental: uma ferramenta de gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

COELHO, G; LORANDI, J. A. Estudo da relação entre a evolução da receita líquida e investimentos socioambientais em três instituições financeiras. **REGET/UFSM Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 19, n. 2, mai-ago. 2015, p. 461–476. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM. 2015.

CORDEIRO, A. de. C; MONTEIRO. M. **Responsabilidade Social Empresarial e Engajamento com Stakeholders: estudo de caso de uma instituição Financeira**, 5º Seminário de Iniciação Científica da ESPM, SP, 2016.

CUOCO, L. G. A. **O que fazer e não fazer em um banco sustentável no Brasil.** Boletim de responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro Banco Central do Brasil. Ano 2, nº 14, Janeiro de 2007.

DINIZ, E; MELO, J. F. M. DE; GUILHERME, H. F; MORAES JUNIOR, V. F. DE. O grau de correlação entre o resultado operacional líquido e os indicadores socioambientais em instituições financeiras brasileiras. **Congresso de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal da Paraíba – CONVICAT.** Centro de Ciências Sociais Aplicadas | Departamento de Finanças e Contabilidade. João Pessoa - PB, 30 de agosto a 01 de setembro de 2018. 15 p.

DINIZ, K. L. A. A Evidenciação das Informações Ambientais nas Empresas do Segmento de Calçados Registradas na Bovespa (2006–2009). **Monografia apresentada ao Curso de graduação em Ciências Contábeis como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.** Universidade Federal de Campina Grande, Sousa-PB, 2011.

DUARTE, G. D. **Responsabilidade social: a empresa Hoje.** São Paulo: LTC, 1986.

FREEMAN, E. R. Strategic management: a stakeholder approach. Boston: **Pitman Publishing**, 1984.

FERREIRA, A. C. de. S. MONTEIRO, P. R. A. A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo dos ISAR/UNCTAD. In: FERREIRA, A. C. de. S; SIQUEIRA, J.R.M; GOMES, M.Z. (Org.). **Contabilidade ambiental e relatórios sociais.** 2. ed. XIII. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, A.C. de. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, S. P. N. Responsabilidade Social: Comparativo entre o Banco do Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil. **Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis,** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GARCIA, F. T; BEHR, A. **Análise da interação da contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável nos engenhos de beneficiamento de arroz de Santa Maria/RS.** Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 2, n. 2, p. 21-38, 2012.

GIACOMIN, J.; OTT, E.; GRANDO, T. **Estudo sobre variáveis determinantes do nível de divulgação de informações voluntárias ambientais.** Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS. Recebido: 05/07/2017 - Aprovado: 08/01/2018 DOI: <https://doi.org/10.5585/geas.v7i1.628> E-ISSN: 2316-9834.

GOMES, A. de. O; PETER, M. G. A; MACHADO, M. V. V; OLIVEIRA, T. E. Planejamento Governamental: análise do Plano Plurianual dos governos estaduais brasileiros. **II Conferência Sul-Americana de Contabilidade Ambiental,** 2011.

INSTITUTO ETHOS. **Curso Uniethos: Relatório de Sustentabilidade no modelo GRI.** Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/curso-uniethos-relatorio-desustentabilidade-no-modelo-gri/#.UUji2Dfxn74> br>. Acesso em: 30 de jan. 2018

KOULOUKOUI, D.I; MARINHO, M. M. de O.; GOMES, S. M. da S., KIPERSTOK, A.; TORRES, E. A..Estudo Bibliométrico sobre *Disclosure* Ambiental, Mudança Climática e Risco Climático: Periódicos Indexados na Scopus de 1982 a 2017. In: **RAC Revista de Administração e Contabilidade**, v.10, n. 1, Feira de Santana, janeiro/abril 2018, p.71 – 92. ISSN: 2177-8426.

MATTAROZZE, Victorio; TRUNKI. **Sustentabilidade dos Negócios no setor financeiro: um caso prático.** São Paulo: Annablume, 2007.

MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria Geral da Administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas. 2012.

MORAES, C. S. B. de *et al.* Programas e metodologias de indicadores de sustentabilidade: análise comparativa como subsídio para a gestão ambiental urbana. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 7, p. 10333-10366, jul. 2019

PIRES, C.M; PEREIRA, M.W.G; MOURA-LEITE,R. Os Elementos da Responsabilidade Social Empresarial e sua Relevância para o Consumidor. In: **Revista de Gestão Social e Ambiental.** São Paulo, v. 9, n. 2, p. 38-52, mai./ago, 2015.

PARISOTTO, I. R. de S; SOUZA, M. T. S. Investimento socioambiental de bancos brasileiros. In: **REVISTA GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. 1. p.53 – 083, jan./ fev. 2012.

PEREZ, M. M; FAMÁ,R. **Características estratégicas dos ativos intangíveis e o desempenho econômico da empresa.** UNISANTA Law and Social Science – p. 107 - 123; Vol. 4, nº 2. 2015.

PLANALTO. **Código civil leis (2018).** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 30 de jan. 2018.

PULIDO, V. A. M; VILLEGAS, M. G. La contabilidad y los conflictos ambientales en el sistema financiero: estudio de caso em el sector bancario argentino. In: **Cuad. Contab.** / Bogotá, Colombia, 16 (41): 281-306 / mayo-agosto 2015. doi:10.11144/Javeriana.cc16-41.ccas

REVISTA EXAME. **Os 20 maiores bancos do Brasil em valor de ativos (2016).** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br>> Acesso em: 30 de jan. 2016.

RIBEIRO, M. S. de. **Contabilidade Ambiental.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEMBOIM, J. O Protocolo Verde e possíveis implicações para economia Nordeste. In: **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, Vol. 27, n:2, p.153-181, Abril/Junho. 1996.

RODRIGUES, M. D. N; PETER, M. da. G. A; MACHADO, M.V.V; NASCIMENTO, C. P. S. do. ICMS ecológico como instrumento de responsabilidade socioambiental na



gestão pública municipal: estudo sobre a experiência do estado do Ceará. **II Conferência Sul-Americana de Contabilidade Ambiental**, 2011.

SOUSA, F.A; ALBUQUERQUE, L.S; RÊGO, T. F; RODRIGUES, M. A. Responsabilidade Social Empresarial: Uma Análise sobre a Correlação entre a Variação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Lucro das Empresas Socialmente Responsáveis que compõem esse Índice. In: **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 52-68, Mai – Ago/2011.

VALÉRIO, G. A.; SILVA, S. S. Indicadores de sustentabilidade como instrumentos de avaliação em Instituições de Ensino Superior (IES): uma análise das publicações científicas entre 2010 e 2019. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.6, n.9, p. 70020-70032, sep. 2020.

VILAR, V. H; SIMÃO, J. CSR disclosure on the web: major themes in the banking sector. **International Journal of Social Economics**, v. 42, n. 3, pp. 296 – 318, 2015.